



NUMISMA S.A.
LEILÕES



A coleção Millenium BCP

/ Javier Saez Salgado



Coleção Banco Espírito Santo

Coleção Carlos Marques da Costa

/ Miguel Crusafont i Sabater



Escudo de Valência

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

/ J. A. Godinho Miranda

/ Javier Saez Salgado

/ Miguel Crusafont i Sabater



Cinco Ducatones

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

/ J. A. Godinho Miranda

/ Javier Saez Salgado

/ Miguel Crusafont i Sabater

SEPARATAS NUMISMA

Ao longo dos anos... 2016

Uma coleção de raridades

Millennium BCP

Javier Sáez Salgado

A arte do dinheiro

Coleção Banco Espírito Santo

Miguel Crusafont I Sabater

Quem cunhou o Escudo de Valência?

Imprensa Nacional - Casa da Moeda

J. A. Godinho Miranda

Javier Sáez Salgado

Miguel Crusafont I Sabater

A moeda de Antuérpia

Imprensa Nacional - Casa da Moeda

J. A. Godinho Miranda

Javier Sáez Salgado

Miguel Crusafont I Sabater

AGRADECIMENTOS

Numisma agradece às Instituições Millennium BCP, Banco Espírito Santo (hoje Novo Banco) e Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Javier Sáez Salgado
CEO Numisma SA



☰ Uma coleção de raridades 02

Uma das mais importantes coleções de Portugal foi “vista à lupa” pelo gestor da Numisma leilões no número 16 da revista Artes & Leilões, de março de 2009. “**A coleção numismática do Millennium bcp**” foi o título escolhido por **Javier Salgado** para um artigo onde destaca algumas das 11 mil moedas de uma coleção que figurava em terceiro ou quarto lugar das melhores em Portugal. Um **Justo, de D. João II (1481-1495)** um **Português, de D. Manuel I (1495-1521)**, um **Escudo de São Tomé, de D. João III (1521-1557)**, as **moedas de ouro de D. João V (1706-1750)** e a **Peça 1818, de D. João VI (1816-1826)** foram alguns dos destaques do artigo de Javier Salgado. Além destas raridades, o autor referiu ainda algumas moedas e peças das antigas colónias portuguesas como, por exemplo, o **Pardau de São Tomé**, os **Xerafins**, as **Rupias**, as **Macutas** e os **Meticais de D. Maria II**. Ilustrado com várias moedas de ouro da coleção, o artigo tem, no final, uma frase que resume a riqueza da coleção Millennium bcp: “um valioso património histórico e cultural, nacional e mundial”.

☰ A arte do dinheiro 06

Um belo livro, onde o leitor pode “desfrutar de todas as delícias da arte do dinheiro.” É com esta “chave d’ouro” que termina a recensão feita pelo historiador e numismata **Miguel Crusafont i Sabater** à “**Colección Banco Espírito Santo – Colección Carlos Marques da Costa**”. Escrito por **Javier Salgado** e **Godinho Miranda** a obra, de 2008, apresenta a coleção adquirida pelo Banco Espírito Santo a Carlos Marques da Costa. Crusafont destaca que o livro cobre “**todos os períodos histórico-numismáticos portugueses**” e inclui também **papel-moeda**, **cédulas**, **contos para contar** e **pesos monetários**. Só as referências que aparecem a estas peças, e que são muito difíceis de documentar, já “justificam plenamente a obra”, afirma o autor da recensão. Miguel Crusafont i Sabater nasceu em Sabadell, em 1942. Foi diretor do Museu de História de Sabadell e é um especialista em temas de numismática e medalhística. É presidente da Sociedade Catalã de Estudos Numismáticos e diretor da revista Acta Numismática.

☰ Quem cunhou o Escudo de Valência? 07

Qual dos Filipes cunhou um **Escudo de ouro de Valência**? Este é o tema do artigo que **José António Godinho Miranda**, **Javier Sáez Salgado** e **Miguel Crusafont i Sabater** assinam na revista Acta Numismática (número 41/42). O Escudo tem um anverso muito semelhante ao Cruzado de ouro português cunhado na época de D. João III. Depois de descrever algumas particularidades da moeda, os autores analisam as informações disponíveis sobre as cunhagens feitas nos tempos dos Filipes de Espanha. Concluem que a moeda pode ter sido cunhada por **Filipe II, III ou IV**, respetivamente **I, II e III de Valência**. Todos estes reis bateram moeda de ouro mas um dos autores citados no artigo, **Mateus y Llopis**, atribui o referido Escudo a Felipe I (II de Valência). Miranda, Salgado e Crusafont consideram esta atribuição duvidosa pois não existem dados documentais suficientes sobre a existência deste tipo de cunhagens em Valência naquela época. “**A novidade da peça é o elemento mais valioso mas as suas singularidades precisam de uma explicação que, de momento, não parece possível**”, concluem.

☰ A moeda de Antuérpia 10

“**Excepcional pieza de cinco ducatonos de Amberes del 1653**” é o título do artigo publicado este ano no número 46 da revista Acta Numismática. Os autores – **José António Godinho Miranda**, **Javier Sáez Salgado** e **Miguel Crusafont i Sabater** – analisam o **Quintúplo de Ducaton**, moeda de prata cunhada em Antuérpia, em 1653, por **Filipe IV de Espanha**, e que faz parte da coleção do rei **português D. Luís (1861-1889)**. Os autores justificam a escolha desta moeda com o facto de ser única e querem aprofundar o “conhecimento geral de uma moeda tão singular”. O artigo começa por situar as emissões do Ducaton de prata – cujas cunhagens tiveram início em 1618, na segunda metade do reinado de Alberto e Isabel (1598-1621), a quem Filipe II cedeu a governação das regiões dos Países Baixos dominadas por Espanha. Tratava-se de uma “**peça regular do sistema monetário dos Países Baixos e foi cunhada em quantidades muito consideráveis**”, afirmam. Além das emissões regulares aparecerem também séries especiais de dois, três, quatro e cinco Ducatonos. As de valor mais alto são extremamente raras. Depois de oportunas referências históricas sobre a moeda em análise os autores terminam o artigo abordando a questão de como é que a moeda dos Países Baixos chegou a Portugal. Eis a conclusão: entrou no país séculos mais tarde no contexto da criação da coleção do rei D. Luís.

A Colecção Numismática

do Millennium BCP

Javier Saez Salgado
Gestor da Numisma Leilões

Ocupando um lugar de destaque no ranking nacional, a colecção de numismática do **Millennium BCP** revela acontecimentos marcantes da história de Portugal unindo a época romana à instauração da República. Testemunhas privilegiadas do seu tempo, as moedas exigem uma leitura especializada, **Javier Saez Salgado** revelou algumas pistas.



Excelente Morabitino de D. Sancho I,
século XII, raro,
com ponto no quadrante inferior direito.

São cerca de **11 mil moedas** através das quais é possível conhecer a história de Portugal, da economia à política, antes e depois da fundação do reino. Permitem ainda entender que a moeda foi uma forma de afirmar a soberania, consolidar o poder absoluto de um rei, testemunhar o poderio e a ambição do império português e mostrar ao mundo as riquezas vindas do Brasil. Estas moedas constituem a colecção do Millennium BCP, figurando no ranking em terceiro ou quarto lugar das melhores de Portugal. A colecção começa entre 222 e 205 a.C., com um Didracma ou Quadrigato de Roma e acaba com os escudos da República.

Do território que mais tarde estaria na origem do reino de Portugal, a colecção apresenta mais de mil moedas romanas, nomeadamente áureos, soldos e denários, mais de duas centenas de soldos e tremisses bizantinos, suevos e visigodos. Dos primeiros anos do reino destacam-se vários **Morabítnos**, a primeira moeda de ouro cunhada por um rei português e da qual hoje se conhecem cerca de 120 exemplares. Mandada cunhar por **D. Sancho II (1185-1211)**, deve o seu nome à moeda de ouro árabe que então circulava no território português.

Uma das suas principais inovações é a representação, no anverso, do rei a cavalo e com a espada na mão. No reverso é possível observar as quinas de Portugal. O **Morabítno**, também cunhado nos reinados de **D. Afonso II** e **D. Sancho II**, terá servido de modelo a outras moedas feudais europeias.



Entre as moedas que também ocupam um lugar de destaque nesta colecção encontra-se o Justo, mandado bater por **D. João II (1481-1495)**. Trata-se de uma moeda muito rara pois foi batida em pequenas quantidades e serviu para projectar o prestígio de Portugal no mundo. O **Justo**, inspirado em moedas de outros países, cunhado apenas no reinado de **D. João II**, valia na época 600 reais. Apresenta o escudo nacional reformulado, com as quinas laterais direitas e a nova inscrição do título de senhor da Guiné. No reverso apresenta o rei sentado, com o manto real e segurando a espada.

O rei **D. João II** é considerado pelos historiadores como um dos mais importantes da história de Portugal. Consolidou as conquistas feitas em anteriores reinados e partiu à descoberta de novos territórios. Mandou construir o forte de São Jorge da Mina, em 1482, e viu Diogo Cão iniciar a exploração da costa ocidental de África. Enviou emissários à procura de Preste João e "dividiu" o mundo com Espanha através do Tratado de Tordesilhas, assinado pelos dois reinos em 1494. Preparou a campanha das Índias mas não viveu o tempo suficiente para ver Vasco da Gama e as suas naus chegarem ao Índico.



Célebre Justo de D. João II,
com legenda latina IVSTVS VT PALMA FLOREBIT
("o justo florescera como a palmeira")

Merece também uma referência especial o **Português**, moeda de ouro mandada cunhar por **D. Manuel I (1495-1521)**, símbolo de poder, que ganhou muito prestígio nos mercados do Oriente e nas principais praças financeiras do Ocidente. Outra moeda extremamente rara que faz parte da colecção Millennium BCP é o **Escudo de São Tomé**, mandada cunhar por **D. João III (1521-1557)**. Este rei introduziu algumas inovações quer a nível da tipologia das moedas quer das figuras que nelas aparecem representadas. Trata-se de uma moeda nova que apresenta no reverso a figura do santo. O monarca, conhecido pela sua devoção à Igreja, mandou cunhar diversas moedas com referências ao universo religioso. Os melhores exemplos podem ser o **São Vicente** e o **Meio São Vicente**, que devem o seu nome ao Santo Padroeiro de Lisboa que está nelas representado. Os iluministas António de Holanda e Francisco António de Holanda, pai e filho, respectivamente, foram contratados por **D. João III** para desenhar o **Escudo de São Tomé**, o **São Vicente** e o **Meio São Vicente**. O numismata Teixeira de Aragão faz referência ao **Escudo de São Tomé** no tomo III da sua monumental obra Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis,



Regentes e Governadores de Portugal, cuja primeira edição foi publicada em 1875, transcrevendo **Gaspar Correia**, nas **Lendas da Índia**: "Tambem nestas naus (armada em que foi D. João de Castro) veo huma moeda noua, que ElRey mandara laurar dos pardãos de ouro que mandara Martim Affonso, a qual moeda eraõ os próprios pardaos batidos como cruzado, de valia de mil réis, com as quinas de um cabo, e da outra banda a fegura de S. Thomé com letras derredor, que diziam India tibi cessit."



Engenhoso de D. Sebastião de 1565,

muito raro, é uma das primeiras moedas portuguesas com data.



O **Engenhoso**, de **D. Sebastião (1557-1578)**, considerada uma das moedas mais raras da numismática portuguesa, deu início à cunhagem mecânica. Estas moedas foram cunhadas no "engenho" de João Gonçalves, natural de Guimarães, mas não tiveram futuro porque o processo de fabrico resultava muito dispendioso. Contudo, são as primeiras moedas portuguesas com data.

A colecção do Millennium BCP possui um exemplar não datado, outro de 1562 e ainda um raríssimo de 1565. Destacamos ainda duas moedas de ouro cunhadas nos Açores e das quais se conhecem muito poucos exemplares. Trata-se de mil reais e dois mil reais, esta com carimbo açor, batidas por ordem de **D. António Prior do Crato (Junho a Agosto de 1580)** aquando da sua estadia naquela região, após a subida de **Filipe II de Espanha** ao trono de Portugal. **D. João V (1706-1750)** deixou uma das mais belas e extensas séries monetárias de ouro cunhadas em Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. As moedas deste rei são apreciadas



mundialmente e foi no seu reinado que se cunhou a maior moeda portuguesa: a **Dobra de 24 escudos** (86g). Os desenhos, principalmente a efígie real, são da autoria de Francisco Vieira Lusitano, tendo sido a maioria dos cunhos abertos por António Mengin.

Deste rei a colecção possui várias centenas de moedas de ouro com tipologias bem diferenciadas. A **Peça 1818 de D. João VI (1816-1826)**, da qual são conhecidos três exemplares, cunhada em Lisboa quando o monarca e a corte ainda estavam no Brasil, é outra das raridades que constam da colecção do Millennium BCP, cuja origem se encontra na colecção particular de Afonso Pinto de Magalhães.

Mas não são apenas moedas de Portugal e do Brasil que constam da colecção. Existe um vasto conjunto de moedas das antigas colónias portuguesas, destacando-se, pela sua raridade e importância histórica, as de **Angola, Moçambique** e da **Índia portuguesa**, onde a cunhagem de moeda teve início com **D. Afonso de Albuquerque**, no séc. XVI. A mais antiga é o **Meio Manuel MEA** da época de **D. Manuel I**. Trata-se de uma moeda de ouro batida em Goa e que tem, no anverso, a palavra MEA escrita dentro de um círculo de pérolas, tendo por cima a coroa real.



Raríssimo Escudo de S. Tomé de D. João III,
batido para a Índia Portuguesa.
A legenda do reverso, em latim, significa:
"São Tomé a Índia foi-te consagrada."

A colecção da Índia portuguesa é extraordinariamente vasta e rica, possuindo muitas moedas de ouro de diversos reinados, e diferentes denominações, como por exemplo **Escudo de São Tomé, Pardaus de São Tomé, Xerafins** bem como de **prata**, as **quatro Tangaş duas Tangaş Tanga Rupias Meias Rupias Pardaus**, entre outras. A amoedação para Angola teve o seu início no reinado de **D. Pedro II** e terminou com os **cinco escudos** e os **dez centavos de 1974**.

A colecção é muito completa e integra as célebres **Macutas de prata raras**, datadas de 1762 bem como as do reinado de **D. Maria** possui também uma vasta série de Macutas em cobre, com e sem carimbo, algumas delas muito raras. Em Moçambique destacamos os exemplares de ouro da época de **D. José I** e os **Meticais de D. Maria II**, bem como muitas moedas de prata com diferentes carimbos, **M, MR e PM**.

Além de muitas outras a colecção tem um bom conjunto de moedas de ouro e prata dos grão-mestres portugueses de Malta.

É, principalmente, por tudo o que foi referido que a colecção de moedas do Millennium BCP constitui um valioso património histórico e cultural, nacional e mundial que em breve será partilhado com o público •



Recensão do Livro

Colecção Banco Espírito Santo

Colecção Carlos Marques da Costa

Javier Saez Salgado e o amigo e consócio **Godinho Miranda** foram os responsáveis pela apresentação desta monumental colecção portuguesa. Os autores tiveram a sorte de que o Banco editor e proprietário da colecção não poupou meios tendo resultado um livro esplêndido com excelentes reproduções a cores das moedas e um cuidado desenho gráfico que deu ainda mais relevo à obra. Certamente resulta agradável o facto de poder contemplar as moedas com todo o detalhe e nas suas tonalidades reais, acostumados como estamos ao facto de ter sempre de poupar nas publicações da nossa especialidade. Uma ampla bibliografia confirma a cuidada classificação do material.



Detalhe pormenorizado

A obra cobre todos os períodos histórico-monetários portugueses. Inicia-se com as moedas do mundo antigo de Bae suris, Balsa, Bora, Brutobriga, Cilpes, Diplo, Ketovian, Ebor, Murtill e Pax Julia estendendo-se imediatamente às emissões suevas e visigodas, a uma representação das muçulmanas e a um amplíssimo conjunto de material medieval e moderno com peças extraordinárias e abundância de moedas de ouro. Não faltam as grandes raridades começando pelo **Tornês de Beatriz filha de D. Fernando**. Os reinados são iniciados por uma breve introdução histórica onde só faltam os pesos dos exemplares, De todas as maneiras, depois de cada reinado, dá-se a correspondência com o catálogo de referência de Alberto Gomes (2001) de modo que, de certa forma, foi ultrapassada aquela falta de informação.

A colecção integra também os territórios coloniais e temas complementares como ensaios monetários, contramarcas, jetons, pesos monetários e papel moeda (mesmo de particulares). Estes últimos temas resultam muito difíceis de documentar, de forma que este capítulo só por si justificava plenamente a obra. Não há dúvida, no entanto, que os editores se esforçaram sobretudo por produzir um livro belo onde poderemos desfrutar plenamente de todas as delícias da arte monetária •

Escudo de Valência

Escudo de ouro valenciano, inédito, muito singular e provavelmente de Felipe I (II).



J. A. GODINHO MIRANDA*
J. SAEZ SALGADO**
M. CRUSAFONT I SABATER***

Ao proceder ao estudo da Coleção de Moeda Espanhola que integra o **Museu Numismático Português na Imprensa Nacional-Casa da Moeda de Lisboa**, encontramos uma peça que descrevemos e cujas imagens de anverso e reverso são incluídas também na lâmina.

Coroa de Ouro de Valência em nome de Felipe

a/ +PHILIPPVS DEI GRA(CIA) REX

Cruz equilateral em orla lobulada e ornamentada e 4 anéis exteriores.

r/ +VALENCC (IA MAI) ORICAR

Armas de Valência coroadas e entre bilobulados e pontos.

Peso: 3,30 g | Ø: 22 mm | Inédita

É a primeira vez que é descrito um **escudo valenciano**, moeda que neste reino recebia o nome de **coroa**, em nome dos reis chamados **Felipe da dinastia Áustria**. No entanto iremos ver que não é atribuível ao rei **Felipe V de Castela**. Outra singularidade da peça é a cruz equilateral ou de São Jorge que preside o anverso, pois todas as moedas conhecidas até agora dos reis com nome Felipe ostentam, em todos os *ateliers*, a cruz potentada.

Por outro lado, o anverso com a sua cruz equilateral e os quatro anéis é muito semelhante ao cruzado de ouro português da época de **D. João III de Portugal**, como é visível comparando com o tipo 149 do catálogo de Gomes¹. Realmente, se tiramos as orlas, o anverso torna-se totalmente português. Também são singulares os florões do interior do quadrilobulado do anverso, formado por um anel central rodeado de pontos, quando o habitual é que sejam trevos mais ou menos bem desenhados ou, em algum caso de **Carlos I**, grupos de três pontos.



*Investigador numismático, Membro da SCEN.

**Presidente Numisma Leilões, S.A.

***Doutor em História. Presidente da SCEN.

¹ GOMES, A. Moedas portuguesas, terceira edição, Lisboa, 2001.

(...) Realmente, se tiramos as orlas, o anverso torna-se totalmente português.



Apesar destas singularidades, a imagem e a legenda do anverso não permitem pensar outra coisa que não seja a cunhagem valenciana, mas existe a incógnita de umas estampas do anverso completamente singulares, para as quais não temos, para já, nenhuma explicação.

Fica por analisar a questão da sua atribuição de algum dos reis com o nome Felipe. É preciso fazer destaque ao **rei Felipe IV (V de Castela)** porque na sua época a moeda mudou de tipologia e costuma levar ordinal e data. Neste sentido, é preciso assinalar que o escudo pretendido, atribuído por Mateu y Llopis ao **rei Felipe II (IV)**, num. 306², é realmente de **Felipe IV (V)**, pois o ordinal figurado na forma IIII refere-se àquele que corresponde ao **rei Felipe V de Castela**, em Valência.



Detalhe pormenorizado

Destas peças, conhecem-se hoje exemplares que tem a data de 1700 e tem as L-L franqueando as armas do verso como nos escudos de **Carlos II**. Comparar os tipos 4922 de **Carlos II** e 4984 de **Felipe IV (V)**, em Crusafont³. Fica descartada a atribuição da peça ao último dos reis com o nome Felipe. É preciso deixar fora também o rei **Felipe I de Castela**, pois Valência esteve naquele tempo sob a soberania de Fernando o Católico.

Ficam portanto os reis de nome Felipe segundo, terceiro e quarto, respetivamente primeiro, segundo e terceiro em Valência, e assim verificamos que a questão dos ordinais próprios do reino não é um assunto menor. De acordo com Mateu y Llopis, estes três reis realizaram moedas em ouro, mas só se conhecem peças de quatro escudos que este autor atribui ao rei **Felipe I (II)**.

A atribuição de Mateu é, no entanto, duvidosa, porque apesar de fornecer constância documental dos tempos de **Felipe III (IV)** da cunhagem em Valência de coroas de ouro “em quádruplas e dobras”, quer dizer, em coroas duplas e quádruplas, não fornece nenhum dado documental, unicamente as suas afirmações, sobre a cunhagem de múltiplos com Felipe I (II).

² MATEU Y LLOPIS, F., La ceca de Valencia, 1929, p. 140.

³ CRUSAFONT, M. Catàleg general de la moneda catalana. Barcelona, 2009. P. 806 e 821.

Os seus dados, por outro lado, são extremamente confusos, porque afirma que se realizaram em Valência, e neste reinado, **coroas de 20 quilates**, de 22 e 24⁴, algo aparentemente impossível, pois a Lei de 24 era a dos ducados e, inclusive porque o mesmo autor dá a taxa fixa das coroas. É possível pensar que as coroas foram cunhadas, como sempre, com 22 quilates e talvez de forma fraudulenta com 20, mas com 24 não parece aceitável.

Tudo isto leva a pensar que é necessária, mais uma vez, uma revisão dos documentos consultados. De qualquer maneira, os múltiplos de escudo até agora conhecidos, todos em quatro coroas, ou pelo menos alguns deles, poderiam corresponder ao reinado de **Felipe III (IV)**.

Naquilo que se refere à nossa coroa, de acordo com os dados documentais poderia ser de qualquer um dos três reis de nome **Felipe**. Não ajudam, neste caso, nem as marcas, das quais carece, nem a forma de escrever o nome do rei, porque em prata escreve-se igual e sempre na forma **PHILIPPVS** nos três reinados. Relembremos que, em contrapartida, em Maiorca, em tempos de **Felipe I (II)** costuma aparecer a forma **FILIPVS**.

Naquilo que se refere à nossa coroa, de acordo com os dados documentais poderia ser de qualquer um dos três reis de nome Felipe.

A novidade da peça é o elemento mais valioso (...)



Detalhe pormenorizado

Só o estilo ou pormenores do desenho podem fornecer-nos dados neste momento. É preciso destacar que existe semelhança com os escudos de **Carlos I**, como já assinalamos no caso dos trevos do anverso. Portanto, poderíamos pensar numa coroa do tempo de **Felipe I**. Se os quádruplos fossem de **Felipe III (IV)**, seria mais lógico que tivessem a cruz normal, potentada, pois seria incongruente que com **Felipe I** se tivessem cunhado as coroas com cruz equilateral e os múltiplos com cruz potentada.

A novidade da peça é o elemento mais valioso, mas as suas singularidades precisam de uma explicação que, neste momento, não parece possível.

⁴ La ceca... op. cit., p.123.

Cinco Ducatones Antuérpia

Excecional peça de cinco ducatonos de Antuérpia de 1653



J. A. GODINHO MIRANDA*
J. SAEZ SALGADO**
M. CRUSAFONT I SABATER***

Faz pouco mais de um ano, foi publicado por dois de nós (J. S. S. e J. A. G. M.) o catálogo da coleção numismática do **rei Luís de Portugal (1861-1889)**, um livro que foi registado no número anterior de *Ata Numismática*¹. O rei numismata reuniu uma extraordinária coleção de moedas que se encontram atualmente no **Museu Numismático Português da Casa da Moeda**. Foi por isso que a publicação do livro foi realizada por iniciativa desta instituição e também da Fundação da Casa de Bragança.

O objetivo principal da publicação era dar a conhecer de forma documentada o fundo numismático mas não podia incidir de forma pormenorizada em cada uma das moedas. Esta foi a razão que nos impulsionou a dedicar um pouco mais de atenção numa das suas peças, tanto pelo caráter excecional, realmente único, e, naquele momento, inédito, como para favorecer o conhecimento geral de uma moeda tão singular. Também pensamos que era necessário situá-la no seu contexto e compará-la com outros tipos que têm um caráter similar.

Estamos a falar da peça de prata de cinco **ducatones** cunhada em nome do **rei Felipe IV de Espanha (1521-1565)**, que foi emitida em Antuérpia no ano 1653 e que consta na página 288 do livro anteriormente referido e em terceiro lugar, com a descrição aqui apresentada.



Peça de cinco ducatonos de prata de Antuérpia de 1653

Número de inventário: 7337

a/ 16-(mão)-53 PHIL.III.D.G.HISP.ET.INDIAR.REX

Efigie à direita.

r/ ARCHID.AVST.DV-X BVRG.BRAB

Armas reais coroadas sustentadas por dois leões e que cortam a lenda em cima e em baixo. Na parte inferior fica pendurado o Tosão de Ouro.

Peso: 159,535 g | Ø: 44,5 mm | Espessura: 10 mm

O ducatón de prata foi um tipo monetário que iniciou a sua cunhagem na segunda metade do reinado de **Alberto e Isabel (1598-1621)**, principalmente devido a um decreto de 1618. A sua emissão manteve-se nos reinados seguintes. Como nos indica **F. de Callataÿ**, no século XVIII era qualificada como “a moeda mais magnífica”, daquele reinado, tanto pela beleza como pelo peso e lei².



Com um peso de 32,48 gramas, o **ducatón** era uma peça regular do sistema monetário dos Países Baixos e foi cunhada em grandes quantidades. Além da emissão regular destas peças, foram cunhadas também tipos múltiplos de dois, quatro e cinco ducatonos de prata e outras variedades singulares que iremos comentar no final.

Estas peças especiais, que aparecem já no mesmo ano da introdução do **ducatón** (no ano 1618) são extremamente raras, especialmente os múltiplos de valor mais elevado. Apareentemente não estavam destinadas à circulação mas para obséquio de altas personalidades. Costuma dar-se a estas peças o nome de “pesos pesados”, e **Callatay** adverte que não se podem confundir com os pieforts ou amostras que tinham os ateliers monetários como modelos³ ou que eram distribuídas às autoridades do reino para dar a conhecer os novos tipos que iam sendo colocadas em circulação. A peça que se descreve, não se encontra referenciada em nenhuma das obras mais comuns utilizadas para a catalogação das moedas dos Países Baixos, nem nas mais especializadas, segundo nos informaram também os nossos colegas **F. de Callatay** e **Alain Rénard** do *Cabinet de Médailles de la Bibliothèque Royale de Belgique*³, e nos confirmou o especialista numismata **Hugo Vanhoudt**, autor do último dos livros que referenciamos. Agradecemos portanto aos nossos amigos e colegas esta colaboração.

No trabalho de **Callatay** anteriormente referido aparece uma tabela com todos os “pesos pesados” conhecidos naquele momento e constatamos que se tinha detetado a existência dos seguintes exemplares:

- 10 duplos ducatonos de Felipe IV
- 5 duplos ducatonos de Alberto e Isabel
- 3 quádruplos ducatonos de Felipe IV
- 2 quádruplos ducatonos de Alberto e Isabel

Estas peças especiais, que aparecem já no mesmo ano da introdução do ducatón (no ano 1618) são extremamente raras, especialmente os múltiplos de valor mais elevado (...)



*Investigador numismático, Membro da SCEN.

**Presidente Numisma Leilões, S.A.

***Doutor em História. Presidente da SCEN.

¹ SAEZ SALGADO, Javier – Godinho Miranda, José Antonio, Coleção Numismática D. Luis, Lisboa, 2014. Recensão nas páginas 260-261 do número 45 (Barcelona, 2015) por M. de Crusafont.

² CALLATAY, François de, “Un multiple inédit pour le règne d’Albert et Isabelle”, *Revue Belge de Numismatique et de Sigillographie*, 128, Brussel, 1992, p. 129-135 e lámina. Verp. 130. Seguiremos de perto este trabalho, que descreve e documenta de forma magistral outro ducatón múltiplo, neste caso a peça de quatro ducatonos de Alberto e Isabel, da Casa da Moeda de Bruxelas.

³ Ibid, p. 133.

⁴ Nós já o tínhamos verificado nos dois guias mais conhecidos, ENNO VAN GELDER, H. – HOC, Marcelo, *Les monnaies des Pays Bas Bourguignons et Espagnols 1434-1713*, Amsterdão, 1960, e DELMONTE, A., *Le Benelux d’Argent*, Amsterdão, 1967. Os nossos amigos comprovaram isto em obras mais recentes como por exemplo, a de VANHOUDT, Hugo, *De munten van de Bourgondische, Spaanse en Oostenrijkse Nederlanden en van Franse en Hollandse periode 1434-1839*, Heerlee, 2015.

Onze destas vinte peças eram da **Casa da Moeda de Antuérpia** e os seus pesos se correspondiam com muita exatidão com as cifras múltiplas: **64,96 g** para os duplos, **97,44 g** para os triplos e **129,92 g** para os quádruplos⁵.

Por outra parte, a peça que estamos a comentar resulta ser excecional pois como estamos a ver, naquele momento não havia constância da existência de nenhum múltiplo quíntuplo. É certo que nalguns catálogos incluem-se peças de cinco ducatonos, mas sem dados ponderais nem localização que permitissem acreditar a sua existência real e que talvez se baseavam em dados documentais sem ter examinado fisicamente exemplares.

Naquilo que se refere ao peso, o nosso exemplar, com **159,535 gramas**, separa-se, de forma decrescente, só em **2,865 gramas**, do qual lhe corresponderia **162,4 gramas**, quer dizer, uma diferença mínima inferior a 2% e que resulta totalmente aceitável como variabilidade dentro dos parâmetros de fabrico do seu tempo.



Detalhe pormenorizado

Ao reunir a bibliografia sobre estas peças, reparamos que, no ano 1999, o numismata J. M. Olivares salientou a existência de dois múltiplos destes ducatonos (...)

Podemos observar que a peça de **cinco ducatonos** que temos descrito tem um valor ponderal muito próximo ao dos cincuentines emitidos em Castela e, em concreto, no famoso “Ingenio” ou moinho hidráulico de Segovia. A diferença fundamental nestes múltiplos dos Países Baixos reside no facto de não serem de diâmetros grandes e que todo o acréscimo de peso é aplicado para aumentar a sua espessura, de maneira que têm o mesmo módulo que as unidades, chegando neste caso até um centímetro.

Conhecemos outros casos de atuações parecidas mas não idênticas. Assim, as peças de dez ducados aragoneses de Fernando o Católico foram cunhadas com o mesmo módulo que as de quatro ducados, CCG-3196 e 3197, e aconteceu o mesmo com as de quatro reais ou ducados de ouro do mesmo soberano, cunhadas em Navarra que se realizaram com o mesmo módulo que a de dois ducados, CCG-3212 e 3213⁶, mas em nenhum destes casos se manteve o módulo da unidade.



⁵ “Un múltiple inédit...”, op. cit., p. 134 e 135

⁶ As referências correspondem ao nosso livro CRUSAFONT, M., Catàleg General de la Moneda Catalana, Societat Catalana d'Estudis Numismàtics (IEC), Barcelona, 2009.

Ao reunir a bibliografia sobre estas peças, reparamos que, no ano 1999, o numismata **J. M. Olivares** salientou a existência de dois múltiplos destes **ducatones**, também de **Felipe IV** mas com dois valores aparentemente insólitos: a peça de um **ducatón e meio** de Antuérpia de 1642 e a de um **ducatón e 2/3** de Bruges de 1634. Surpreendem estes valores porque não os encontramos em nenhum dos catálogos especializados nas moedas dos Países Baixos, mas os exemplares descritos não parecem falsos e os seus valores ponderais con-



Detalhe pormenorizado



cordam com os valores indicados. Nesse ano, apareceu também um trabalho de **F. de P. Pérez Sindreu** onde descrevia outro múltiplo, esta vez de **Carlos II** e de Bruges datado em 1666 com o peso de um ducatón e 2/3. Devemos salientar que os dois autores qualificam de forma errada estas peças de *piéforts*⁷ em vez de “pesos pesados”.

Se fosse um único exemplar, poderíamos pensar em algum erro no fabrico, apesar de termos visto que era de boa qualidade. Perante a singularidade dos valores, torna-se necessário tentar alguma explicação. Se temos em conta que o **ducatón** valia **3 florins** ou **60 sueldos**, o **ducatón e meio** dá-nos um valor de **4,5 florins** ou **90 sueldos**, e o **ducatón e 2/3**, de **5 florins** ou **100 sueldos**. São números bastante redondos, mas talvez esta explicação seja pouco satisfatória se tivermos em conta que estas moedas não se destinavam à circulação.

Certamente, de acordo com **Gelder/Hoc**, os múltiplos de ducatón eram oferecidos aos oficiais do Conselho das Finanças e da Câmara de Contas e aos Mestres gerais da moeda, de forma que tanto estas peças como outras de tipo especial que eram cunhadas por encomenda, as qualificam de “pesos pesados”, insígnias ou peças de prazer⁸, aquilo que denominamos normalmente peças presente ou ostentação. Trata-se portanto de uma questão que para já não podemos resolver.

(...) os múltiplos de ducatón eram oferecidos aos oficiais do Conselho das Finanças e da Câmara de Contas e aos Mestres gerais da moeda (...)

⁷ OLIVARES ABAD, J. M., “Múltiplos inéditos de ducatón”, Gaceta Numismática 132, Asociación Numismática Española, Barcelona, 1999, p. 31-34; PEREZ SINDREU, Francisco de Paula, “Acerca de los múltiples inéditos de ducatón”, Gaceta Numismática 134, Barcelona, 1999, p. 39-44. Dado que o segundo autor colocava em discussão, sem argumentos probatórios, questões metrológicas do primeiros, o mesmo descreveu ainda uma réplica; OLIVARES ABAD, J. M., “Múltiplos inéditos de ducatón (aclaraciones imprescindibles a una réplica)”, Gaceta Numismática 138, 2000, p.59-62.

⁸ Les monnaies... op. cit., p. 172



Detalhe pormenorizado

Convém esclarecer, finalmente, que os mesmos autores salientam que não podemos incluir na categoria de moedas de ostentação ou “pesos pesados” as peças que também foram cunhadas com a impressão do **ducatoon** e do **meio ducatoon**, mas que foram fabricadas em ouro sendo-lhes designados valores em curso, nomeadamente **8 soberanos** para os **ducatoes de ouro** e **4 soberanos** para os **meios ducatoes**⁹.

Uma peça destas características, do tipo **ducatoon** e em ouro, aparece, por exemplo, no leilão de *Vicente Frayse de París* de 17 de Novembro de 2015 com o número 193. Trata-se de uma peça de Bruges em nome de **Carlos II** e do ano 1694. Pesa **44,23 gramas**.

Focando de novo a atenção sobre a nossa peça, ignoramos como foi possível que viajasse dos Países Baixos até Portugal. Certamente, as circunstâncias históricas não eram nada favoráveis para poder pensar numa gentileza do rei castelhano ao português, pois não tinha passado muito tempo desde que Portugal, aproveitando o levantamento da Catalunha de 1640, teria recuperado a sua independência com uma ajuda

inglesa eficaz. Por outro lado, **Felipe IV**, perante uma situação deste tipo, teria escolhido provavelmente um cincuentín de Segovia antes do que um ducatoon múltiplo dos distantes Países Baixos. Portanto, resulta muito mais provável que a entrada da moeda em Portugal se concretizasse muito mais tarde e no contexto da formação da coleção do **Rei D. Luís I**. Este rei construía a mesma com meios potentes e sabemos que adquiriu várias coleções completas, como por exemplo, aquela do prestigioso autor numismata **Teixeira de Aragão**.

Esperamos que este artigo seja útil para melhorar o nosso conhecimento sobre estas peças singulares das cunhagens espanholas nos Países Baixos, bem estudadas no seu país, mas praticamente desconhecidas aqui. É incompreensível certamente que os catálogos que pretendem apresentar a totalidade da moeda espanhola não tenham em consideração as emissões que os monarcas espanhóis realizaram nos seus domínios europeus. É preciso voltar ao antigo trabalho do francês **Aloïs Heiss** e portanto, meados do século XIX, para encontrar uma obra que as tenha em consideração e nos ofereça, como consequência, uma catalogação completa¹⁰.

É preciso voltar ao antigo trabalho do francês Aloïs Heiss (...), para encontrar uma obra que as tenha em consideração e nos ofereça (...) uma catalogação completa.

De qualquer maneira, pensamos que conseguimos evidenciar que a excecional peça de **cinco ducatoes** de Antuérpia da coleção do **Rei D. Luís I** merecia uma atenção mais pormenorizada.

⁹ Ibid, ibid.

¹⁰ HEISS, Aloïs, *Descripción general de las monedas hispano-cristianas desde la invasión de los árabes*, 3 vol. Madrid, 1865-1869.

Javier Saez Salgado

Javier Saez Salgado é licenciado em Finanças, Presidente do Conselho de Administração de Numisma S.A., que fundou em 1976.

Autor de, Livro das Moedas de Portugal (em co-autoria com Joaquim Ferraro Vaz, em três edições, Braga 1978, 1984 e 1988), O Papel-Moeda das Antigas Colónias Portuguesas (Lisboa 1997), Moedas de Ouro de Portugal 1185-1889 (Lisboa 2001), História da Moeda em Portugal (Lisboa 2001), Coleção Banco Espírito Santo (Coleção Carlos Marques da Costa), com José Godinho Miranda, Banco Espírito Santo, Lisboa 2008. O BES Numismática e o Brasil, com José Godinho Miranda, Banco Espírito Santo, Lisboa 2013, Coleção Numismática D. Luís, com José Godinho Miranda, Imprensa Nacional - Casa da Moeda e Fundação da Casa de Bragança, 2014, entre outros.

Ex-Presidente da Direção do Clube Numismático de Portugal; ex-Presidente da Sociedade Numismática Escalabitana; Comissário da Exposição "Moedas de Ouro e Notas de Portugal - Oito Séculos de História", Parque das Nações - Lisboa 2002; Membro da Sociedade Portuguesa de Numismática, entre outras. Desempenha o cargo de Consultor da Lusitania, Companhia de Seguros S.A., e da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

Faz parte do Conselho Numismático da Imprensa Nacional - Casa da Moeda desde 1982 e é perito e avaliador para o Banco de Portugal, ex-Membro do Conselho Científico do BES Numismática.

Comendador da Ordem Internacional de Mérito do Descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral.





NUMISMA S.A.
LEILÕES